

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
São José dos Pinhais - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº15 às demonstrações financeiras, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem a Companhia. Em função dessas denúncias, o Conselho de Administração instalou Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia são, neste momento, inconclusivos. Conseqüentemente, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº4, e nº10.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações" as referidas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Décourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	90.972	51.065	Fornecedores		5.396	5.992
Clientes	7	10.673	11.889	Debêntures	12	161.665	-
Despesas antecipadas		3	2	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.860	3.004
Tributos a recuperar		-	1	Obrigações sociais e trabalhistas		2.816	2.456
Partes relacionadas	13	2.388	-	Partes relacionadas - fornecedores	13	2.252	2.116
Outros créditos		<u>1.313</u>	<u>430</u>	Provisão para Imposto de renda e contribuição social	11.c)	1.396	2.180
Total do ativo circulante		<u>105.349</u>	<u>63.387</u>	Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	17.c)	436	600
				Provisão para manutenção	14	18.232	10.326
				Obrigações com Poder Concedente	15	865	723
				Outras contas a pagar		<u>330</u>	<u>247</u>
				Total do passivo circulante		<u>196.248</u>	<u>27.644</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos	11.a)	14.644	5.231	Debêntures	12	-	151.294
Depósitos judiciais	8	1.027	1.344	Provisão para manutenção	14	27.694	8.780
Imobilizado	9	2.567	3.093	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	16	1.867	1.405
Intangível	10	<u>151.045</u>	<u>177.746</u>	Outras contas a pagar		<u>1.930</u>	<u>1.216</u>
Total do ativo não circulante		<u>169.283</u>	<u>187.414</u>	Total do passivo não circulante		<u>31.491</u>	<u>162.695</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a)	38.641	35.141
				Reserva de lucros - legal	17.b)	7.728	7.028
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		524	509
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.c)	-	17.784
				Total do patrimônio líquido		<u>46.893</u>	<u>60.462</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>274.632</u>	<u>250.801</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>274.632</u>	<u>250.801</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	18	286.397	299.755
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(152.982)	(115.003)
LUCRO BRUTO		<u>133.415</u>	<u>184.752</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(15.842)	(17.463)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>1</u>	<u>(8)</u>
		(15.841)	(17.471)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>117.574</u>	<u>167.281</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	4.231	3.676
Despesas financeiras	20	<u>(14.676)</u>	<u>(19.612)</u>
		(10.445)	(15.936)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>107.129</u>	<u>151.345</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(45.188)	(52.691)
Diferidos	11.b)	<u>9.413</u>	<u>2.157</u>
		(35.775)	(50.534)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>71.354</u>	<u>100.811</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	21	<u>2,07</u>	<u>3,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.354	100.811
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>71.354</u>	<u>100.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>27.600</u>	<u>433</u>	<u>5.520</u>	<u>9.227</u>	<u>-</u>	<u>42.780</u>
Aumento de Capital		7.541	-	-	-	-	7.541
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	76	-	-	-	76
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	17.c)	-	-	-	(9.227)	-	(9.227)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	100.811	100.811
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	1.508	-	(1.508)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)	17.c)	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,39 por ação)	17.c)	-	-	-	-	(78.775)	(78.775)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,51 por ação)	17.c)	-	-	-	17.784	(17.784)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>35.141</u>	<u>509</u>	<u>7.028</u>	<u>17.784</u>	<u>-</u>	<u>60.462</u>
Aumento de Capital		3.500	-	-	-	-	3.500
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	15	-	-	-	15
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	17.c)	-	-	-	(17.784)	-	(17.784)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.354	71.354
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	700	-	(700)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	17.c)	-	-	-	-	(2.856)	(2.856)
Dividendos intermediários pagos (R\$1,94 por ação)	17.c)	-	-	-	-	(67.798)	(67.798)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>38.641</u>	<u>524</u>	<u>7.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.893</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do exercício	71.354	100.811
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	48.480	40.173
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	9
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	10.371	16.298
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	2.640	563
Atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	124	147
Constituição de provisão para manutenção	36.888	7.512
Atualização monetária de provisão para manutenção	2.551	2.132
Prêmio de opções	15	-
Plano de opção com base em ações	-	76
Obrigações com Poder Concedente	4.615	4.266
Capitalização de juros	(152)	(635)
Levantamento de depósitos judiciais	140	69
Atualização monetária de depósitos judiciais	353	(62)
Tributos diferidos	(9.413)	(2.157)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	1
Provisão para imposto de renda e contribuição social	45.188	52.691
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	1.216	(676)
Tributos a recuperar	1	78
Despesas antecipadas	(1)	5
Outros créditos e outras contas a receber	(882)	(6)
Depósitos judiciais	(176)	(178)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(596)	3.610
Obrigações sociais e trabalhistas	360	1.056
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(144)	633
Partes relacionadas - fornecedores	(2.253)	1.196
Pagamentos de perdas cíveis e trabalhistas	(2.302)	(403)
Pagamento de manutenção	(12.619)	(4.791)
Outras contas a pagar	797	246
Obrigação contratual poder concedente	518	472
Pagamento de obrigações com poder concedente	(4.991)	(4.618)
Imposto de renda e contribuição social	(45.972)	(53.553)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>146.110</u>	<u>164.965</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(649)	(1.072)
Aquisição de intangível	(20.452)	(22.771)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(21.101)</u>	<u>(23.843)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	3.500	7.541
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(88.602)	(90.325)
Juros pagos	-	(27.002)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(85.102)</u>	<u>(109.786)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>39.907</u>	<u>31.336</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.065	19.729
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	90.972	51.065
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>39.907</u>	<u>31.336</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>12/31/2018</u>	<u>12/31/2017</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	290.885	303.306
Com construção	19.760	21.719
Outras receitas	<u>999</u>	<u>1.727</u>
	<u>311.644</u>	<u>326.752</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(94.985)	(67.541)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(10.140)</u>	<u>(11.555)</u>
	<u>(105.125)</u>	<u>(79.096)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>206.519</u>	<u>247.656</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		
Outras	(48.480)	(40.173)
	<u>(16)</u>	<u>(656)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>158.023</u>	<u>206.827</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.231	3.676
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>162.254</u>	<u>210.503</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>162.254</u>	<u>210.503</u>
Pessoal	<u>14.350</u>	<u>12.488</u>
Remuneração direta	11.361	9.654
Benefícios	2.334	2.190
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	655	644
Impostos, taxas e contribuições	<u>61.006</u>	<u>76.883</u>
Federais	46.429	61.667
Municipais	14.577	15.216
Remuneração de capitais de terceiros	<u>15.544</u>	<u>20.321</u>
Juros	10.371	16.298
Aluguéis	868	709
Outros efeitos financeiros	4.305	3.314
Remuneração de capitais próprios	<u>71.354</u>	<u>100.811</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	2.856	2.744
Dividendos intermediários pagos	67.798	78.775
Constituição de reservas	700	19.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia" ou "Companhia") foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 20).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação de acordo com CPC 48</u>
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

g) Novas normas ainda não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$501 em 1º de janeiro de 2019.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis e trabalhistas e, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 6,91% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

5. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$3.323 entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica "Edificações".

	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Imobilizado	6.416	(3.323)	3.093
Intangível	<u>174.423</u>	<u>3.323</u>	<u>177.746</u>
	<u>180.839</u>	<u>-</u>	<u>180.839</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos:	4.620	4.384
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	83.319	42.130
Aplicações automáticas (b)	<u>3.033</u>	<u>4.551</u>
	<u>90.972</u>	<u>51.065</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	10.500	11.653
Receitas acessórias (b)	174	237
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>10.673</u>	<u>11.889</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	10.633	11.863
Vencidos:		
Até 30 dias	20	7
De 31 a 120 dias	20	19
Acima de 120 dias	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>10.674</u>	<u>11.890</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	1	-
Constituição de PECLD no exercício	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldo no fim do exercício	<u>1</u>	<u>1</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	1.344	1.173
Adições	176	178
Baixas	(140)	(69)
Atualização monetária	(353)	62
Saldo no fim do exercício	<u>1.027</u>	<u>1.344</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza</u>		
Cível	10	10
Tributário	239	321
Trabalhista	778	1.013
	<u>1.027</u>	<u>1.344</u>

9. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
			<i>Hardwares</i>	20	4,8	12.557	361	(32)	12.886	(11.266)	(606)	32
Maquinas e equipamentos	10	6,0	2.601	280	-	2.881	(1.795)	(165)	-	(1.960)	921	806
Móveis e utensílios	10	5,8	1.214	5	(3)	1.216	(978)	(70)	3	(1.045)	171	236
Veículos	20	14,5	1.557	-	-	1.557	(1.272)	(225)	-	(1.497)	60	285
Terrenos	-	-	48	-	-	48	-	-	-	-	48	48
Outros	-	5,0	2.180	3	-	2.183	(1.753)	(109)	-	(1.862)	321	427
			<u>20.157</u>	<u>649</u>	<u>(35)</u>	<u>20.771</u>	<u>(17.064)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>35</u>	<u>(18.204)</u>	<u>2.567</u>	<u>3.093</u>

	Taxa anual de depreciação %	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo			Depreciação				Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
			<i>Hardwares</i>	20	5,6	12.641	237	(321)	12.557	(10.882)	(697)	313	-
Maquinas e equipamentos	10	6,3	2.287	381	(67)	2.601	(1.710)	(151)	66	-	(1.795)	806	577
Móveis e utensílios	10	6,1	1.190	33	(9)	1.214	(914)	(73)	9	-	(978)	236	276
Veículos	20	14,6	1.557	-	-	1.557	(1.044)	(228)	-	-	(1.272)	285	513
Terrenos	-	-	48	-	-	48	-	-	-	-	-	48	48
Outros	-	3,9	1.819	421	(60)	2.180	(1.819)	(77)	60	83	(1.753)	427	-
			<u>19.542</u>	<u>1.072</u>	<u>(457)</u>	<u>20.157</u>	<u>(16.369)</u>	<u>(1.226)</u>	<u>448</u>	<u>83</u>	<u>(17.064)</u>	<u>3.093</u>	<u>3.173</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantias de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
			Contratos de concessão (i)	-	(ii)	381.139	14.629	5.262	401.030	(208.257)	(47.078)
Intangível em andamento (iii)	-	-	4.185	5.819	(5.262)	4.742	-	-	-	4.742	4.185
Softwares de terceiros	20,0	11,4	1.906	156	-	2.062	(1.227)	(227)	(1.454)	608	679
			<u>387.230</u>	<u>20.604</u>	<u>-</u>	<u>407.834</u>	<u>(209.484)</u>	<u>(47.305)</u>	<u>(256.789)</u>	<u>151.045</u>	<u>177.746</u>

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
			Contratos de concessão (i)	-	(ii)	354.602	18.278	-	8.259	381.139	(169.426)	(38.748)	-	(83)
Intangível em andamento (iii)	-	-	7.620	4.824	-	(8.259)	4.185	-	-	-	-	-	4.185	7.620
Softwares de terceiros	20,0	11,3	1.618	304	(16)	-	1.906	(1.044)	(199)	16	-	(1.227)	679	574
			<u>363.840</u>	<u>23.406</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>387.230</u>	<u>(170.470)</u>	<u>(38.947)</u>	<u>16</u>	<u>(83)</u>	<u>(209.484)</u>	<u>177.746</u>	<u>193.370</u>

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se à implantação de passarelas e recuperação de pavimento na BR 277.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 11,96% a.a. (10,43% a.a. em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a: implantação de área de escape, implantação de rótula e execução de obras de acesso na BR 277.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$152 referentes a encargos financeiros (R\$635 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 2,36%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 4,80% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	477	171	(14)	634	157
Outros	181	110	(229)	62	(119)
Provisão para manutenção	6.702	9.889	(976)	15.615	8.913
Juros capitalizados	(525)	(20)	73	(472)	53
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	<u>(1.604)</u>	<u>-</u>	<u>409</u>	<u>(1.195)</u>	<u>409</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	<u>5.231</u>	<u>10.150</u>	<u>(737)</u>	<u>14.644</u>	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido					<u>9.413</u>

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	1.515
2019	5.086	1.335
2020	5.025	1.245
2021	4.533	1.136
	<u>14.644</u>	<u>5.231</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.129	151.345
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(36.424)	(51.457)
Juros sobre o capital próprio	971	933
Despesas indedutíveis	(2)	(2)
Incentivos fiscais (PAT)	147	128
Gratificações diretores	(160)	(159)
Outros	(307)	23
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(35.775)</u>	<u>(50.534)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(45.188)	(52.691)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9.413	2.157
Taxa efetiva	33,4%	33,4%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	2.180	3.042
Despesa IR/CS DRE	45.188	52.691
Total de IR/CS pagos	<u>(45.972)</u>	<u>(53.553)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>1.396</u>	<u>2.180</u>

12. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1ª Emissão	05/2019	106,5 % do CDI	<u>161.665</u>	<u>151.294</u>
Circulante			161.665	-
Não Circulante			-	151.294

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	151.294	161.998
Pagamento de juros	-	(27.002)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	<u>10.371</u>	<u>16.298</u>
Saldo no fim do exercício	<u>161.665</u>	<u>151.294</u>

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A Companhia possui contratos com cláusulas (“covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

<u>Emissão</u>	<u>Descrição da cláusula</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Atingido</u>
1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,35

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Custos com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% do CDI	11,93% a.a.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias						
Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	1.465	12.521	6.450
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	9.326	770	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	213	17	-	-
Empresa Concessionária Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-
Ecorodovias						
Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	5	-	-	-	-
Ecorodovias						
Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	2.366				
Total em 31 de dezembro de 2018		<u>2.389</u>	<u>9.539</u>	<u>2.252</u>	<u>12.521</u>	<u>6.450</u>
Total em 31 de dezembro de 2017		<u>-</u>	<u>6.451</u>	<u>2.116</u>	<u>13.061</u>	<u>6.729</u>

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$19.351. O saldo em aberto de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2018 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$17.639. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto de R\$787 (sobre serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (d) Refere-se a devolução de dividendos pagos a maior no ano de 2018 para a controladora Ecorodovias Concessões e Serviços.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 no montante R\$2.157 (em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.900).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.271	1.214
Plano de opção com base em ações	15	76
Seguro de vida	2	3
Assistência saúde	91	95
Previdência privada	50	60
Remuneração baseada ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	1	180
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO+PRS))	180	272
	<u>1.610</u>	<u>1.900</u>

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 6,91% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2018</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	83.726	41.428	-	-	125.154
Efeito a valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(17.639)	(4.540)	-	-	(22.179)
Realização da manutenção	(57.704)	-	(12.619)	-	(70.323)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	10.723	-	-	2.551	13.274
	<u>19.106</u>	<u>36.888</u>	<u>(12.619)</u>	<u>2.551</u>	<u>45.926</u>
Circulante	10.326				18.232
Não circulante	8.780				27.694

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	74.463	9.263	-	-	83.726
Efeito a valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(15.888)	(1.751)	-	-	(17.639)
Realização da manutenção	(52.913)	-	(4.791)	-	(57.704)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	8.591	-	-	2.132	10.723
	<u>14.253</u>	<u>7.512</u>	<u>(4.791)</u>	<u>2.132</u>	<u>19.106</u>
Circulante	4.292				10.326
Não circulante	9.961				8.780

15. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Verba de Fiscalização (a) (b)	278	257
Verba Polícia Rodoviária (c)	587	466
	<u>865</u>	<u>723</u>

- (a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$278 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia recolhe à título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- (b) A Companhia recolhe a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- (c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	723	603
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	4.615	4.266
Intangível (*)	518	472
Pagamento	<u>(4.991)</u>	<u>(4.618)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>865</u>	<u>723</u>

(*) Valores provisionados mensalmente no Intangível (obrigação contratual) e são contemplados na linha de pagamentos, porém não possui efeito no caixa.

A Companhia estima montante relacionado, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esse valor poderá ser alterado em razão de adequação contratual e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão de 2018 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Previsão de 2018 a 2021</u>	<u>Previsão de 2017 a 2021</u>
Melhorias na infraestrutura	61.976	64.374
Conservação especial (manutenção)	27.147	44.383
Equipamentos	<u>10.977</u>	<u>11.090</u>
	<u>100.100</u>	<u>119.847</u>

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação às buscas e apreensões para obter informações sobre a Companhia, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão no 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. A Companhia também informa que não foram objeto de denúncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499. A Companhia está sujeita às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações.

Em relação às notícias informando a intervenção do Estado do Paraná e do DER/PR nas concessionárias das rodovias do Anel de Integração, em 5 de outubro de 2018, a Companhia Concessionária Ecovia Caminho do Mar ("Ecovia") e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas ("Ecocataratas"), em atendimento às disposições da Instrução CVM nº 358/02, informaram ao mercado e a seus acionistas que, o Governo do Estado do Paraná publicou na noite de 4 de outubro de 2018, no Diário Oficial do Estado do Paraná, os Decretos nº 11.241/18 e nº 11.244/18 ("Decretos"), declarando intervenção do Governo do Estado do Paraná nos Contratos de Concessão nº 073/97 e 076/97, celebrados, respectivamente, entre as referidas controladas e o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, em 14 de novembro de 1997.

As intervenções foram decretadas com prazo de duração inicial limitado a 180 (cento e oitenta) dias e entraram em vigor na data de sua publicação. Ecovia e Ecocataratas ajuizaram ação judicial em 5 de outubro de 2018 contra o Estado do Paraná, DER/PR, DNIT, ANTT e União em razão do Decreto Estadual que determinou a intervenção nas Concessões. As concessionárias alegaram que a intervenção, além do caráter eleitoreiro, não se prestava para atingir a finalidade prevista em lei, havendo desvio de finalidade na intervenção decretada, que, na prática, tem intuito meramente fiscalizatório, sem interferir na gestão do contrato. O juiz deferiu a liminar favorável às concessionárias para fins de esclarecer que não se trata de intervenção, e sim de inspeção. O interventor (denominado inspetor) não pode praticar atos que extrapolem uma inspeção, tendo acesso aos dados relativos à administração das concessionárias, porém sem qualquer ato de gestão das Concessionárias. A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da Ecovia e da Ecocataratas. Com relação aos pedidos formulados pelo Estado do Paraná, a Companhia avaliou junto aos seus assessores jurídicos externos os quais classificam o risco de perda como possível.

Acerca do desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	878	527	1.405
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	638	2.002	2.640
(-) Pagamentos	(339)	(1.963)	(2.302)
(+) Atualização monetária	134	(10)	124
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.311</u>	<u>556</u>	<u>1.867</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	638	460	1.098
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	336	227	563
(-) Pagamentos	(138)	(265)	(403)
(+) Atualização monetária	42	105	147
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>878</u>	<u>527</u>	<u>1.405</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$10.683 em 31 de dezembro de 2018 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$3.941 (R\$8.806 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a Companhia estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$38.641 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$35.141, representado por 38.641.000 e 35.141.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 28 de novembro de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$3.500.000 (três milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$7.728 (R\$7.028 em 31 de dezembro de 2017), sendo esse saldo o limite de constituição de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$88.602, refere-se a R\$17.784 saldo de dividendos e R\$600 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2017, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 23 de janeiro de 2018, 23 de fevereiro de 2018 e 26 de abril de 2018, R\$67.798 dividendos intermediários do exercício de 2018 e R\$2.420 (dos R\$2.856 contabilizados) a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2018. O saldo de R\$436 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro Líquido do exercício	71.354	100.811
Reserva legal	<u>(700)</u>	<u>(1.508)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>70.654</u>	<u>99.303</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(67.798)	(78.775)
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>(2.856)</u>	<u>(2.744)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>17.784</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	109.145	124.409
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	116.859	127.783
Vale-pedágio	64.881	51.114
	<u>290.885</u>	<u>303.306</u>
Receitas de construção (b)	19.760	21.719
Receitas acessórias (c)	999	1.727
	<u>20.759</u>	<u>23.446</u>
Receita bruta	311.644	326.752
Deduções de receita bruta	<u>(25.247)</u>	<u>(26.997)</u>
Receita líquida	<u>286.397</u>	<u>299.755</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	290.885	303.306
Receitas acessórias	999	1.727
	<u>291.884</u>	<u>305.033</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(8.757)	(9.151)
PIS (0,65%)	(1.897)	(1.983)
ISS (2% a 5%)	(14.577)	(15.216)
Abatimentos	(16)	(647)
	<u>(25.247)</u>	<u>(26.997)</u>

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	14.350	12.488
Conservação e manutenção	10.466	10.622
Serviços de terceiros (*)	28.465	30.062
Seguros	961	1.126
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	4.615	4.266
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	36.888	7.512
Custos de construção de obras	19.760	21.719
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	48.480	40.173
Locação de imóveis e máquinas	868	709
Outros custos e despesas operacionais	3.971	3.789
	<u>168.824</u>	<u>132.466</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	152.982	115.003
Despesas gerais e administrativas	15.842	17.463
	<u>168.824</u>	<u>132.466</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.046	2.978
Atualização monetária créditos fiscais	28	63
Juros Capitalizados	152	635
Outras receitas financeiras	5	-
	<u>4.231</u>	<u>3.676</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(10.371)	(16.298)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	(2)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.551)	(2.132)
Outras despesas financeiras	(1.754)	(1.180)
	<u>(14.676)</u>	<u>(19.612)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.445)</u>	<u>(15.936)</u>

21. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>71.354</u>	<u>100.811</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>34.449</u>	<u>33.165</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>2,07</u>	<u>3,04</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	162.530	152.017
Caixa e equivalentes de caixa	(90.972)	(51.065)
Dívida líquida	<u>71.558</u>	<u>100.952</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>46.893</u>	<u>60.462</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,53</u>	<u>1,67</u>

(a) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 12 e 15.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 99,1% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2017 era 98,9% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	4.620	4.620
Clientes (i)	Custo amortizado	10.673	10.673
Aplicações financeiras (ii)	Valor justo através do resultado	86.352	86.352
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	5.396	5.396
Debêntures (iii)	Custo amortizado	161.665	161.665
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	865	865
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Custo amortizado	193	193

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

<u>Risco</u>	<u>Subcategoria</u>
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	<i>Capex</i> , desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$7.158 (R\$9.738 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	<u>Taxa de juros efetiva</u>	<u>Próximos 12 meses</u>
Debêntures	106,50 % do CDI	165.611

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	5.285	6.605	7.927
Juros sobre debêntures	Alta do CDI	<u>(23.565)</u>	<u>(24.744)</u>	<u>(25.911)</u>
Juros a incorrer, líquidos		<u>(18.280)</u>	<u>(18.139)</u>	<u>(17.984)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	8,0%	10,0%	12,0%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.